Pé de meia: Cidadania financeira e fiscal para crianças e adolescentes
PROJETO DE EXTENSÃO

1 TÍTULO DO PROJETO

Pé de meia: Cidadania financeira e fiscal para crianças e adolescentes

2 O PROJETO QUE ESTÁ SENDO PROPOSTO NESTE EDITAL JÁ FOI APROVADO, EM ANOS ANTERIORES, EM OUTRO(S) EDITAL(IS) DE EXTENSÃO DA UNESC?

(X) Sim ( ) Não

2.1 Se sim, em quais editais?
Nº 514 / 2022

CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO PROJETO ÀS POLÍTICAS DE EXTENSÃO DA UNESC (AP)

3 A TEMÁTICA DO PROJETO SE ADEQUA AOS CRITÉRIOS DEFINIDOS PELA LEI N. 8.742, De 7 De Dezembro De 1993 (LOAS - LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) DISPONÍVEL EM http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm E RESOLUÇÃO CNAS nº. 27, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011?

(X) Sim ( ) Não

3.1 Se sim, justifique sua resposta:

O projeto se alinha aos princípios e objetivos previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e Resolução CNAS de 27/09/2011, uma vez que é direcionado a crianças e adolescentes, e visa a melhoria da qualidade da educação básica, colaborando com a formação cidadã, uma vez que aborda temas importantes de educação financeira e fiscal e capacita esses jovens para lidar com recursos financeiros, orçamento doméstico e tributos. Portanto, o projeto contribui significativamente para o desenvolvimento de competências essenciais à vida adulta, oportunizando aos participantes maior autonomia e consciência social. Além disso, a articulação com instituições públicas de ensino e o fortalecimento da educação básica reforçam a integração com as políticas públicas locais, em especial nas esferas estadual e municipal.

4 ASSINALE A ÁREA DE CONHECIMENTO EM QUE SE INSERE A PROPOSTA DE PROJETO

	Ciências Engenharias e Tecnologias
X	Ciências Sociais Aplicadas
	Humanidades Ciências e Educação
	Ciências da Saúde

5 EM QUAL PROGRAMA DE EXTENSÃO SE INSERE A PROPOSTA?

11. PEGC – Programa de Extensão em Gestão Contábil

6 EM QUAL ÁREA TEMÁTICA DE EXTENSÃO SE INSERE A PROPOSTA?
4 – Educação

7 EM QUAL(AIS) LINHA(S) DE EXTENSÃO SE INSERE A PROPOSTA?
27 – Infância e Adolescência: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto enfocado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

8 EM QUAL(AIS) OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) O PROJETO ESTÁ VINCULADO?
Objetivo 4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

9 ASPECTOS DE COERÊNCIA DO PROJETO

9.1 INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA TEORICAMENTE

A temática da educação fiscal e financeira é recorrente, por se tratar de um assunto que permeia o cotidiano das pessoas. No entanto, uma parcela da população não tem acesso aos conceitos básicos de finanças pessoais. Isso se dá, uma vez que o tema não faz parte da grade curricular obrigatória do ensino fundamental. Com isso, para se adquirir conhecimento sobre finanças pessoais é necessário recorrer a livros, cursos livres ou cursos de nível superior (PELICIOLI, 2011).

Abordar o conhecimento sobre educação financeira nas séries iniciais do ensino possibilita ao aluno a capacidade de planejar e controlar suas finanças pessoais, criando assim um hábito desde a infância de controlar suas receitas e despesas, mesmo que se trate de pequenos valores. Esse hábito tende a se manter na idade adulta, possibilitando uma melhoria significativa na qualidade de vida (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

O desenvolvimento e criação de um planejamento acertado nas finanças pessoais estão diretamente relacionados com o nível de conhecimento sobre essa área. Nesse sentido, para criação de um planejamento e a tomada de decisão correta sobre o controle das receitas e despesas, é necessário que se tenha o mínimo conhecimento sobre finanças pessoais. Com isso quanto maior for o grau de conhecimento sobre educação financeira, melhores serão as chances de ter decisões acertadas (MOREIRA; CARVALHO, 2013).

Ainda nesse sentido algumas ferramentas podem ser utilizadas para auxiliar nas finanças pessoais, tais como: orçamentos, planejamento e controle, esses por sua vez executados por meio de anotações, planilhas e aplicativos. Com isso, para construir e alimentar tais ferramentas, é necessário ter noções de conceitos específicos sobre finanças pessoais, para que se possa executar a correta classificação e identificação de receitas e

despesas, juntamente com sua devida classificação, nesse contexto surge a necessidade da educação financeira (LUCCI *et al.,*2006).

O ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão e inicia a partir dos seis anos de idade estendendo-se até os 14 (BRASIL, 2006). É nessa etapa da educação que ocorre o desenvolvimento da capacidade de aprendizado do aluno, principalmente em relação à leitura, redação e cálculo. Além disso, ao se tratar de educação financeira, o estudante precisa compreender as questões políticas, econômicas, sociais, ambientais e de cidadania, conforme afirma Savoia e Saito e Santana (2007, p. 1134).

Não há obrigatoriedade da educação financeira no sistema de ensino. O Ministério da Educação (MEC) preconiza a contextualização do ensino, que pressupõe um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para inserção dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1134).

Apesar do progresso econômico alcançado pelo Brasil, a realidade social é outra, pois o país apresenta a maior desigualdade de renda do cenário mundial (DEGEN, 2009). Nesse contexto, marcado por desigualdades sociais e pela fragilidade e fragmentação da educação, percebe-se a necessidade de inserir ações que vão além da grade curricular obrigatória, ou seja, a inserção de temas como educação financeira e finanças pessoais, com a perspectiva de uma melhor qualidade de vida para esses alunos.

Nesse sentido, outro aspecto importante, somando às atividades da educação financeira, é a necessidade de uma educação fiscal, no que diz respeito ao conhecimento da arrecadação dos tributos e sua aplicação, por meio dos gastos públicos.

Neste contexto, no ano de 2022, foi submetido e aprovado conforme Edital nº 514/2022 da PROPIEX - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias, por meio do Programa de Extensão em Gestão Contábil – PEGC, o projeto intitulado “Pé de meia: Cidadania financeira e fiscal para crianças e adolescentes atendidos pelo Observatório Social de Morro da Fumaça” que teve como objetivo promover ações sobre educação fiscal, financeira e finanças pessoais para crianças e adolescentes atendidos pelo Observatório Social de Morro da Fumaça.

Durante o período desse Projeto, entre abril de 2023 e março de 2025, diversas atividades foram realizadas, como levantamento de bibliografia, estudo e preparação de materiais, buscando-se a didática mais adequada visando o público infantil e adolescente. Após, deu-se início à etapa de execução do projeto, com o desenvolvimento de atividades com os alunos de uma escola municipal de ensino fundamental de Morro da Fumaça-SC, entre as ações realizou-se aulas lúdicas, dinâmica de teatro e até uma gincana abordando os temas centrais do Projeto: cidadania fiscal e educação financeira.

Com base nos resultados observados, constatou-se que a abordagem utilizada despertou o interesse dos alunos e gerou reflexões dentro e fora do ambiente escolar, uma vez que as crianças replicam em casa aquilo que aprendem na escola, sendo a ação reconhecida por todo público-alvo e pelos parceiros envolvidos como uma ação transformadora. A equipe extensionista também foi positivamente impactada, desenvolvendo competências pedagógicas e reforçando o caráter multidisciplinar do projeto, pelos quais teve que se reinventar para tratar de forma lúdica assuntos já concebidos.

A receptividade da comunidade escolar, aliada à constatação da relevância da temática para o público infantojuvenil, justificam a continuidade e ampliação do projeto. Assim, esta nova proposta visa replicar e aprofundar as ações já implementadas, estendendo-as a outras turmas, instituições e municípios da região, fortalecendo ainda mais os vínculos entre universidade e sociedade por meio da educação cidadã e financeira.

Frente a esse contexto, essa capacitação complementar nas áreas fiscal e financeira está em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). A iniciativa preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com os países – incluindo o Brasil – consiste em um apelo global para atender demandas que foram sintetizadas em 17 objetivos. (ONU, 2015)

A temática educacional está abrangida no ODS nº 4, que consiste em “Educação de qualidade”. Tal objetivo, entre outros propósitos, visa justamente a capacitação de todos os alunos com habilidades e conhecimentos para, desse modo, promover um desenvolvimento sustentável e igualitário.

Com relação às diretrizes internas da Unesc, o Projeto Pé de Meia se adequa à linha de infância e adolescência e à área temática de Educação, uma vez que seu principal objetivo é oportunizar a educação financeira e fiscal para crianças e adolescentes da rede pública municipal. De mesmo modo, observa-se o enquadramento à Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, pois colabora desenvolve temas de cidadania fiscal e educação financeira, oportunizando às crianças e adolescentes maior autonomia e consciência social na vida adulta.

9.2 OBJETIVOS

9.2.1 Geral

Promover ações sobre educação fiscal, financeira e finanças pessoais para crianças e adolescentes.

9.2.2 Específicos

1) Elaborar material de divulgação do projeto para atender os alunos;

2) Promover fóruns, debates e afins para identificar as demandas da comunidade alvo do projeto;
3) Capacitar a comunidade acadêmica, técnicos e voluntários;
4) Promoção de cursos, dinâmicas e oficinas ao público-alvo sobre educação fiscal e financeira;
5) Desenvolver materiais didáticos orientativos.

9.3 PÚBLICO OU COMUNIDADE ALVO / CENÁRIOS DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

O público-alvo principal desse projeto consiste nos:

- **Alunos do ensino fundamental das escolas da rede pública dos municípios de Morro da Fumaça e Criciúma**.

Já em relação ao cenário, pretende-se atingir com as ações do presente projeto a sociedade em geral, vista a observância da aplicação dos recursos públicos. Pretende-se também atingir: comunidade acadêmica; voluntários; e professores do ensino fundamental e básico das escolas desses municípios.

Fatos como esses justificam a aplicação dessa ação em um projeto de extensão, pois tem maior durabilidade, dispondo de estudantes bolsistas e voluntários e professores com horas destinadas à sua execução. Ademais, essa prática extensionista revelou uma perspectiva inclusiva, na medida em que ocorre a orientação de como utilizar de maneira responsável suas finanças e contribuir com as entidades envolvidas no processo, além de desenvolver o principal papel da extensão que é criar um elo entre a universidade e comunidade.

9.4 ESTRATÉGIA DE AÇÃO / METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Para o alcance dos objetivos desse projeto, segue as atividades a serem realizadas, divididas em etapas conforme os objetivos específicos, expostas a seguir:

OBJETIVOS 1 e 2:

Etapa 1: Realizar a divulgação do Projeto durante o período de 30 dias por intermédio das redes sociais do PEGC, Curso de Ciências Contábeis e Diretório Acadêmico Luca Paccioli e veículos de comunicação.

Etapa 2: Realização de Painel de Debate com os responsáveis pedagógicos das escolas.

OBJETIVO 3 e 4:

Etapa 3: Capacitação dos discentes, para conscientizar a importância da educação fiscal e financeira.

Etapa 4: Capacitação dos estudantes e professores do ensino básico sobre educação fiscal e financeira.

OBJETIVO 5 e 6:

Etapa 5: Elaboração de material didático orientativo sobre educação fiscal, orçamento e finanças pessoais, confeccionado segundo os resultados das avaliações realizadas.

Etapa 6: Avaliar o conteúdo ministrado e ações desenvolvidas por meio de observação dos participantes e questionários realizados com os alunos, com objetivo de apontar as principais dificuldades do projeto.

9.5 PLANO DE TRABALHO

9.5.1 Do Coordenador e Professor(es) com Horas/Aula:

Sob a responsabilidade do Coordenador ficarão as seguintes atividades: condução da equipe do Projeto, compreendendo os docentes e discentes; supervisão das atividades executadas, por meio de convocações de reuniões periódicas de acompanhamento; gerenciamento dos recursos financeiros que fomentam o Projeto; orientação aos docentes e discentes extensionistas na realização de atividades, como também no registro dos resultados obtidos, para posterior divulgação; manter contato permanente com as instituições/pessoas envolvidas para avaliação do *feedback* e identificação de demandas.

Os Professores com Horas/Aula serão responsáveis por: auxiliar o Coordenador no planejamento e execução das atividades; participar das reuniões propostas; orientar os discentes na realização das ações extensionistas; acompanhar o desempenho dos discentes; e, verificar as possíveis demandas que aparecerem durante a realização do projeto.

9.5.2 Dos Professor(es) Colaboradores:

Os Professores Colaboradores auxiliarão a equipe em relação à avaliação das atividades, fornecendo parecer com sugestões para o aprimoramento da execução do Projeto, quando assim possível for.

9.5.3 Dos Discentes com Bolsa Extensão:

A responsabilidade dos Discentes com Bolsa de Extensão consiste na realização das seguintes atividades: execução das ações planejadas; planejamento, organização e realização das atividades propostas; interação permanente com o público-alvo do Projeto; identificação de demandas; participação e elaboração das atas das reuniões periódicas da equipe; registro das atividades realizadas; socialização e divulgação das atividades; relato em forma de resumo/artigo científico das ações e resultados obtidos.

10 PROPOSTA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

10.1 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

A proposta de ação comunitária do presente Projeto consiste em realizar uma manhã de atividades lúdicas e educativas em espações públicos, como parques, praças e feiras dos municípios de Criciúma e região. A ação busca sensibilizar crianças e seus familiares sobre a importância da educação fiscal e financeira, abordando temas como arrecadação de impostos, retorno dos tributos em serviços públicos, planejamento financeiro e consumo consciente.

Serão desenvolvidas oficinas e dinâmicas interativas, como jogo de tabuleiro gigante (já disponível pelo projeto), montagem de cofrinhos, jogos da memória, quiz educativo, espaço de pintura e conversa com os responsáveis. A proposta visa proporcionar, de forma leve e divertida, reflexões sobre cidadania, responsabilidade social e organização financeira

desde a infância, reforçando a missão extensionista de integrar universidade e comunidade, ampliando o impacto social do projeto.

10.1.1 Objetivos

- Sensibilizar crianças e suas famílias sobre educação fiscal e financeira de forma lúdica e acessível;
- Promover a conscientização sobre a função social dos tributos e o consumo consciente;
- Estimular práticas de organização financeira pessoal e familiar;
- Fortalecer os vínculos entre universidade, comunidade e sociedade, levando conhecimento para espaços públicos;
- Desenvolver nos acadêmicos extensionistas competências de comunicação, mediação e interação social.

10.1.2 Público-Alvo

- Crianças com faixa etária entre 5 e 12 anos que estejam na praça acompanhadas dos responsáveis;
- Pais, mães e responsáveis presentes no local;
- Comunidade em geral transeuntes do espaço público.

10.2 METODOLOGIA DA PROPOSTA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

A ação será realizada em formato de circuito, com diferentes estações montadas na praça. As atividades serão desenvolvidas de forma contínua e livre, para que as crianças possam participar conforme interesse e disponibilidade no momento.

As atividades planejadas são:

- Jogo de Tabuleiro Gigante “Caminho do Dinheiro”: com orientações sobre finanças e impostos;
- Oficina “Monte seu Cofrinho”: usando materiais recicláveis para estimular o hábito de economizar;
- Jogo da Memória ou Dominó Temático: para fixação dos conceitos de forma divertida;
- Espaço de Pintura e Desenho: onde as crianças expressam suas ideias sobre como os impostos podem beneficiar a cidade;
- Estação Família, para diálogo com os pais sobre finanças pessoais, consumo consciente e cidadania fiscal.

As atividades são realizadas, preferencialmente, em pequenos grupos, mas também podem ser individuais, conforme o fluxo e o interesse dos participantes.

10.3 MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS DE APOIO

Para a execução da ação comunitária, serão utilizados os seguintes materiais e equipamentos:

- Estrutura física: mesas, cadeiras e tendas/gazebos.
- Materiais: tapete em EVA (já adquirido na primeira edição do Projeto), itens recicláveis para confecção dos cofrinhos.
- Brindes: adesivos, balas ou certificados simbólicos para as crianças.

- Itens de papelaria: papel sulfite, papelão, tesoura, fitilhos, cola, lápis, canetas, cartolina, fita adesiva.

Todos os materiais serão organizados previamente pela equipe do projeto, com apoio da coordenação e bolsistas, garantindo a logística adequada para o bom desenvolvimento das atividades.

11 ASPECTOS DE RELEVÂNCIA DO PROJETO

11.1 ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A realização desse projeto permitirá capacitar os estudantes, sob a supervisão de professores, a atenderem aos desafios das finanças pessoais e da contabilidade aplicada ao setor público, bem como formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social da região.

Ademais, essa ação possibilita aos alunos e professores articularem os conhecimentos teóricos, adquiridos durante a graduação, com o exercício da prática, e ainda, demonstra a importância de atividades deste caráter que proporcionam, tanto para população atendida como para os extensionistas envolvidos com a elaboração do projeto, a troca de experiências, e o crescimento pessoal e profissional.

A execução do projeto promoverá a articulação com as disciplinas de Análise Financeira de Investimentos, Contabilidade Pública e Contabilidade e Direito Tributário Aplicada do curso de Ciências Contábeis. As disciplinas apresentam caráter interdisciplinar no que toca as questões de direito, cidadania, gestão pública e finanças pessoais e educação financeira.

Por meio da disciplina de Análise Financeira de Investimentos ocorrerá a integração entre ensino e extensão, uma vez que, durante as aulas, será oportunizado aos estudantes o desenvolvimento de competências para posterior orientação do público-alvo acerca das finanças pessoais. Em relação à disciplina de Contabilidade Pública ocorrerá a integração entre ensino e extensão, por meio da convivência com as entidades públicas e suas atividades cotidianas.

Além disso, o projeto é de caráter interdisciplinar no que se refere às questões de direito, cidadania e gestão governamental, com a promoção de debates sobre educação fiscal e financeira, por meio das capacitações, avaliações e produção de materiais didáticos. A integração com a pesquisa se concretizará por meio da socialização de artigos científicos, relatos de experiência e resumos, na medida em que o projeto obtenha resultados.

11.2 EXPLIQUE O ENVOLVIMENTO E PROTAGONISMO DOS DISCENTES NAS ATIVIDADES DO PROJETO

Os discentes, sob a orientação dos docentes, participarão do projeto nas etapas de orientação à comunidade, para promover a capacitação dos alunos sobre educação fiscal e finanças pessoais; na elaboração do material didático; e na capacitação dos técnicos e voluntários.

Desse modo, os acadêmicos estarão envolvidos na discussão e encaminhamentos das demandas apontadas pela comunidade em todas as etapas de desenvolvimento do projeto e as socializarão nas reuniões periódicas de acompanhamento.

11.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DO PÚBLICO PARTICIPANTE APÓS O PERÍODO DE APOIO INSTITUCIONAL

O presente projeto buscará alcançar seu objetivo principal ao mesmo tempo em que a integração entre universidade e comunidade se concretiza em uma perspectiva comunitária, e não assistencialista, de forma que o público-alvo e voluntários sejam orientandos e capacitados sobre educação fiscal e financeira. Isso, por si só, já visa gerar autonomia da gerência de suas finanças pessoais, mesmo ao fim do projeto.

Assim, como estratégia de desenvolvimento da autonomia do público-alvo acredita-se que o desenvolvimento da **Cartilha Educação Fiscal e Financeira**, que visa instruir os alunos participantes do projeto e deixar esse material como herança.

11.4 DESCREVA O POTENCIAL DO PROJETO PARA A APLICAÇÃO E REPLICAÇÃO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES OU LOCALIDADES, CASO SEJA POSSÍVEL

Inicialmente, o projeto será desenvolvido com os alunos do ensino fundamental e básico das redes públicas do município Morro da Fumaça e Criciúma, conforme as cartas de aceite em anexo.

Os materiais produzidos, juntamente com a experiência adquirida por meio das oficinas, palestras e a confecção da cartilha didática, proporcionarão criar modelos para reproduzir em outras escolas, em outros níveis de ensino, atendidas por outras entidades, sobre a temática da educação fiscal, educação financeira e finanças pessoais.

11.5 SE O PROJETO PREVÊ A INTERDISCIPLINARIDADE, EXPLIQUE DE QUE FORMA ELA CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DOS OBJETIVOS DO PROJETO

A proposta deste projeto está alinhada com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Ciências Contábeis, sustentada pelos princípios e valores da UNESC e amparada por sua missão que é de: “Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida"**.** O projeto é uma ação de cunho educativo para acadêmicos e professores, com a participação dos alunos das escolas de Morro da Fumaça e Criciúma, e transcende o ambiente tradicional de ensino, indo além da sala de aula.

A atividade está vinculada às disciplinas de Análise Financeira de Investimentos e Contabilidade Pública e Planejamento do Curso de Ciências Contábeis. As disciplinas apresentam caráter interdisciplinar no que toca as questões de direito, cidadania, gestão pública e finanças pessoais. Neste contexto, o envolvimento dos acadêmicos no processo os permitirá intensificar o conteúdo das disciplinas versus a prática das finanças pessoais, a contabilidade aplicada ao setor público e melhorar significativamente a aprendizagem.

12 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	CALENDÁRIO																							
	2025					2026												2027						
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J
Divulgação do projeto																								
Reunião de alinhamento com secretaria de educação																								
Painel de debate																								
Capacitação dos discentes bolsistas																								
Elaboração de material didático																								
Promoção de cursos e oficinas																								
Divulgação dos Resultados																								

13 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Despesas de Custeio do projeto

1. Serviços de terceiros	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Editoração e impressão de material didático (cartilha)	50	20,00	1.000,00.
Subtotal			1.000,00
2. Material de consumo	**Quantidade**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**
Cópias Banner Combustível	1000 01 200	0,25 100,00 6,00	250,00 100,00 1.200,00
Subtotal			1.550,00
Total			**2.550,00**

13.2 Despesas de Capital

1. Material permanente e equipamento	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Sub Total			**0,00**

13.3 Despesas com a Divulgação

Discriminação	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Inscrição e participação em eventos científicos			700,00
Sub Total			**700,00**

13.4 Despesas com execução da Ação Comunitária

Material de consumo para a ação	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Brindes – cofrinho	20	5,00	100,00
Itens de papelaria	20	10,00	200,00
Divulgação (Discriminação)			
Alimentação da equipe			
Almoço	12	25,00	300,00
Transporte da equipe			
Combustível	25	6,00	150,00
Sub Total			750,00

13.5 Total da Previsão Orçamentária do Projeto

Item	Valor Total
Total 13.1	2.550,00
Total 13.2	0,00
Total 13.3	700,00
Total 13.4	750,00
Total 13.5	
Total Geral	4.000,00

14 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O Programa de Educação Financeira do Banco Central**. BACEN, 2013

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/legislacao/.Acesso em: 11 de fev de 2021.

BRASIL**. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em: 09 fev. 2021.

DEGEN, R. J. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminário em Administração**, v. 9, 2006.

MAIA, L. Síntese. **Revista TCE-RJ**, Rio de Janeiro, v.5, n.1/2, p.50-67, jan./dez. 2010.

MOREIRA, R. C; CARVALHO, H. L. F. S. **As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de Campo Formoso-BA:** Um estudo na Escola José de Anchieta. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 22 fev. 2023.

PELICIOLI, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. 2011.

SAVOIA, J. R. F; SAITO, A. T; DE ANGELIS SANTANA, F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.